

**Representação de movimentos sociais e entidades ao Ministério Público Federal, na
pessoa do Dr. Luís de Camões Lima Boaventura. Santarém (PA), abril de 2016.**

Exmo. Sr.

Dr. LUÍS DE CAMÕES LIMA BOAVENTURA

Procurador da República

Prezado Senhor Procurador,

Vimos pelo presente cumprimentá-lo pelas ações referentes ao plano estratégico de recursos hídricos (PERH) da margem direita do Rio Amazonas (MDA) e pela recomendação e ACPs, para que os comitês de suas principais bacias hidrográficas sejam criados. Também cumprimos pela **Ação Civil Pública, datada de 15 de fevereiro de 2016, "com pedido de decisão liminar IN INITIO LITIS E INAUDITA ALTERA PARS** em desfavor da **Agência Nacional de Águas**, [...] a ser citada e intimada" a comparecer e se comprometer com as obrigações legais propostas à Justiça, pela PGF/Santarém, ACP que também reitera a de 19 de novembro de 2014, assinada pelo senhor Procurador juntamente com seu colega Dr. Marco Antônio Ghannage Barbosa (MPF-MT).

As providências caminham com muito vagar, mas as pressões para o estouro da boiada batem agora às portas da bacia do rio Tapajós, que certamente não pode assistir, à distância, às medidas e articulações, na esfera pública, de processos similares aos ocorridos na bacia do rio Xingu, com o caso Belo Monte.

As ACPs do MPF são um alento para as urgências que nos atingem. Porém, nos suscitam algumas indagações e orientam nossos movimentos e organizações socioambientais para um entendimento mais próximo às ações protagonizadas pelo Ministério Público, em defesa dos bens difusos e dos interesses da cidadania.

Nos fazemos representar e indagamos, assim, a propósito da ação civil pública acima referida: a "ACP 0018966-22.2014.4.01.3600, com pedido liminar, em desfavor da Agência Nacional de Águas - ANA, a qual tem por objeto a obrigação de não fazer, no sentido de impedir que a ANA emita Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos na **Bacia Hidrográfica do Rio Tapajós/Teles Pires**, até a implementação do Comitê de Bacia Hidrográfica [CBH] e aprovação de seu respectivo Plano de Recursos Hídricos." [grifo nosso]

No âmbito das ações divulgadas no sítio eletrônico do MPF-PA, verificamos que, no tocante à bacia e futuro CBH do rio Tapajós, esta ação é classificada como sediada no Estado do Mato Grosso (na mesma notícia, constam como ações civis públicas do MPF no Pará as de nº 0003790-67.2014.4.01.3902 e nº 0006365-39.2014.4.01.3905, respectivamente destinadas a formalizar os CBHs e PRHs dos rios Trombetas e Araguaia-Tocantins, com o justíssimo propósito de fazer cessar as iniciativas da ANA de substituir os CBHs, na concessão de eventuais DRDHs e outorgas, entre outros objetivos.

** Documento gerado em Seminário*

Representação de movimentos sociais e entidades ao Ministério Público Federal, na pessoa do Dr. Luís de Camões Lima Boaventura. Santarém (PA), abril de 2016.

Entendemos que, ao se intitular a bacia do rio Tapajós como **“Tapajós-Teles Pires”**, passa-se a ideia de depreciação da importância das sub-bacias dos rios **Juruena** e **Arinos** (e, por via de consequência, das respectivas comunidades) na formulação do sistema de governança e gestão da macrobacia Tapajós que advirá da iniciativa.

“O rio Tapajós é formado com a confluência dos rios **Teles Pires** [com área de drenagem de 141.907 km²=29% de toda a bacia Tapajós] e **Juruena** [com área de drenagem de 190.220 km²= 39%], na divisa dos estados do Mato Grosso, Amazonas e Pará”. “Para os aspectos hidrológicos, os rios formadores – Teles Pires e Juruena - têm contribuições similares em termos de vazão, 5.303 e 6.301 m³/s, respectivamente, cuja soma tem valor similar ao da estação mais a montante do Tapajós, Barra de São Manoel, com vazão de extremos das médias mensais, de 11.119 m³/s. Os rios formadores do Teles Pires e Juruena despejam no Tapajós próximo de 90% de sua vazão total”¹.

Assim, salvo melhor juízo, nos parece mais correto e justo denominar a bacia tão somente como **Tapajós** (a compreender seus formadores Teles Pires e Juruena), ou como **Tapajós-Juruena-Teles Pires**, considerado o aspecto da formação.

Se a bacia do Juruena (à qual se soma a do rio Arinos) é superior em área de drenagem e volume de vazão entregue ao Tapajós, não se justifica a não menção à mesma na denominação **Tapajós-Teles Pires**, a menos que se suprima a expressão “Teles Pires” da denominação referida. A se manter a atual denominação, poder-se-ia, além do mais, subentender que o plano bem como o Comitê que vier a ser concebido virá consagrar a distorção que poderia advir da definição do proposto “subsistema energético denominado **Teles Pires/Tapajós**”² (grifo nosso), em prejuízo da percepção integrada (sinérgica e cumulativa), quer do ponto de vista simbólico e dos diferentes aspectos e valores socioculturais, antropológicos, socioeconômicos, hídricos e biológicos reunidos neste complexo universo, como dos impactos negativos eventualmente produzidos.

Avançando nesta linha de análise, preocupa-nos também a não citação/representação direta ao Estado do Pará (e se necessário também aos estados de Rondônia e Amazonas, que em menor área também têm parte de seus territórios na bacia do Tapajós e nas interbacias deste com as dos rios Madeira e Xingu).

Chamemos além disso atenção para o fato de que ao seguir, na denominação, a lógica do subsistema energético proposto pelo Ministério de Minas e Energia, a associação Tapajós-Teles Pires chama além dos próprios interessados diretos na implementação dessa ideia a nosso ver equivocada, o segmento que tem produzido *commodities* agrícolas, especialmente nas bacias que formam o Teles Pires. Ora, ainda que sutil, essa ideia-força na verdade reforça a visão economicista ou o projeto de bacia para dois setores, em especial, assim fazendo sombra sobre a singularidade e a marca (socioambiental) registrada do Tapajós. Isso pode importar de antemão numa corrida desigual para ocupar posições na governança da bacia hidrográfica, em favor dos segmentos mais recentes na história da ocupação da bacia, o que é claramente verificável nos quadros e figuras das AAls que demonstram expressiva presença de migrantes na sua composição demográfica.

¹ Conf. capítulo 8-Avaliação Ambiental Integrada/Etapa III, da AAI Tapajós/Ecology Brasil.

² Conf. Apresentação da etapa 1 “Diagnóstico Socioambiental e Conflitos” da AAI Tapajós. Ecology Brasil. Rio de Janeiro, jul2014.

Representação de movimentos sociais e entidades ao Ministério Público Federal, na pessoa do Dr. Luís de Camões Lima Boaventura. Santarém (PA), abril de 2016.

É nosso entendimento claro que os povos originários, as comunidades de pescadores e as unidades de conservação que têm presença e proporcionalidade mais destacada na porção paraense da bacia do Tapajós, assim como na do Juruena (em Mato Grosso) poderiam se ver prejudicadas ou sub-representadas nas políticas de gestão das águas que se avizinham pressionadas por projetos fadados, na eventualidade de seu licenciamento, a produzir enormes impactos sociais, ecossistêmicos e hídricos no trecho sob jurisdição territorial do Estado do Pará.

Assim apresentada a questão e

Considerando que as quatro sub-bacias associadas ao Juruena, somam 190.220 km²; as três associadas ao Teles Pires somam 141.907 km²; e as quatro associadas ao Tapajós somam 160.137 km²;

Considerando que, o Pará participa da bacia do Baixo Teles Pires, com uma área de 31.763 km²; e que o estado do Amazonas participa com as áreas de 4.409 km² (no Alto Tapajós), de 8.416 km² (no Baixo Juruena) e de 271 km² (no Médio Juruena); e que Rondônia participa com 254 km² na UPH do Alto Juruena³ - ou que, no âmbito da macrobacia **Tapajós(Jamanxim)/Juruena/Teles Pires**, o Pará representa 38% da área de drenagem; o Mato Grosso, 59%; o Estado do Amazonas, quase 3%; e Rondônia, 0,05%;

Considerando ainda que, de acordo com o diagnóstico PERH-MDA, o Tapajós é também a bacia com maior número de conflitos envolvendo recursos hídricos de toda a margem direita, conforme ilustrado na figura 18.2 abaixo, do Volume I do PERH-MDA:

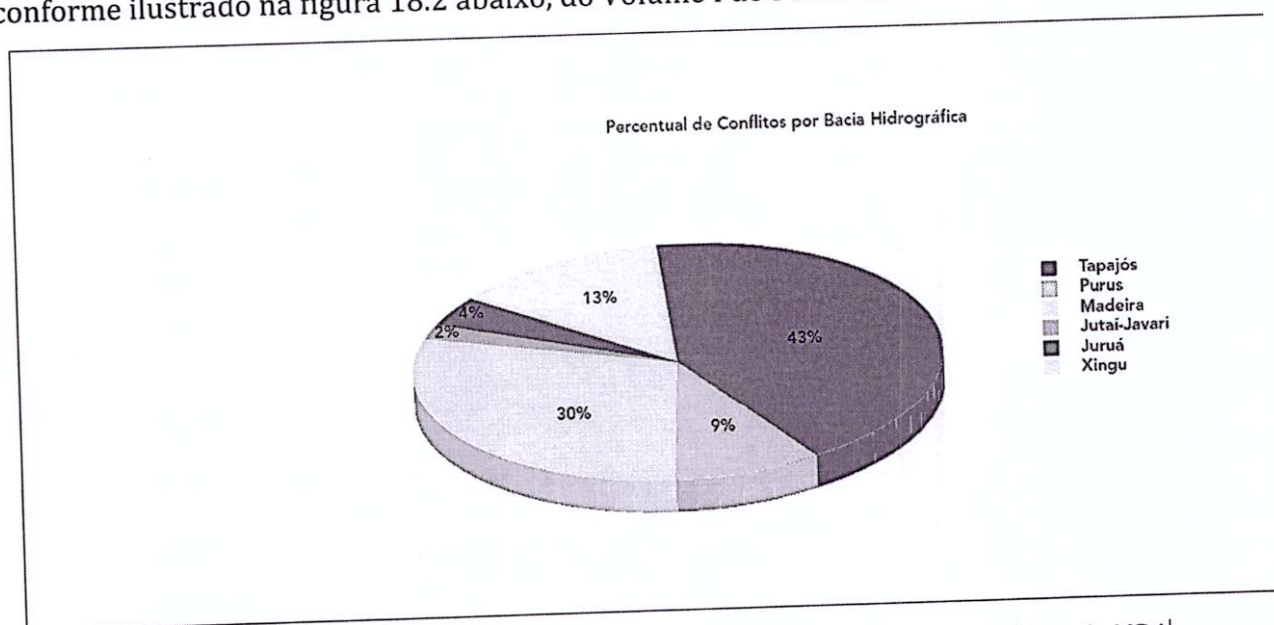


FIGURA 18.2. Percentual de conflitos, por bacia hidrográfica, envolvendo os recursos hídricos da MDA

³ Conf. **tabelas/quadros 9.3** (Aspectos político-territoriais da bacia hidrográfica do Tapajós e da interbacia Tapajós-Madeira, do *Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica – Afluentes da Margem Direita* (PERH-MDA). ANA/CNRH. Brasília/2011); **4.4-1** (Caracterização Socioambiental da Bacia – Vol.3 / Relatório Parcial 1/ Nº TPI-A-62-000.002-RE-RO/Levantamentos, Estudos Básicos e de Alternativas da Avaliação Ambiental Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Teles Pires. Empresa de Pesquisas Energéticas/EPE, 2008); e **2.2.1/3** (Tomo 1/3 – Parte 1, Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Juruena: relatório final, vol. 25/Apêndice E - Avaliação Ambiental Integrada da Alternativa Selecionada. EPE/CNEC Engenharia S.A., set/2010).

Representação de movimentos sociais e entidades ao Ministério Público Federal, na pessoa do Dr. Luís de Camões Lima Boaventura. Santarém (PA), abril de 2016.

Considerando a forte participação territorial de unidades de conservação e de terras indígenas na porção paraense da bacia **Tapajós**, bem como na sub-bacia do rio **Juruena** em Mato Grosso – conforme se pode verificar na tabela abaixo apresentada

UPRHs Tapajós	Área de Drenagem (km ²)	% área na Bacia Tapajós	UCs ⁴ (km ²)	% das áreas UCs nas respectivas UPRHs	TIs ⁵ (km ²)	% das áreas TIs nas respectivas UPRHs	UCs + TIs (km ²)	%
Alto Teles Pires	34.806	7,07	1.558,1	4,5	629,7	1,8		
Médio Teles Pires	55.996	11,38	2.229,2	4	56,1	0,1		
Baixo Teles Pires	51.105	10,38	1.158,9	2,3	14.896,7	29,1		
Sub-total Teles Pires	141.907	28,83	4946,2	3,5	155.82,5	11,0	20.529	14,5
Alto Juruena	93.092	18,91	1.740	1,9	34.196,5	36,7		
Arinos	58.734	11,93	1.58,5	0,3	3.257,6	5,5		
Médio Juruena	21.402	4,35	2.961,8	13,8	1.657,3	7,7		
Baixo Juruena	16.992	3,45	16.465,5	96,9	526,5	3,1		
Sub-total Juruena	190.220	38,64	21325,8	11,2	39.637,9	20,8	60.964	43
Alto Tapajós	33.485	6,8	7.409,4	22,1	19.966,3	56,6		
Médio Tapajós	25.573	5,19	18.710,4	73,2	928,9	3,6		
Jamanxim	58.001	11,78	31.502,7	54,3	309,6	0,5		
Baixo Tapajós	43.078	8,75	23.978,8	55,7	0,6	0		
Sub-Total Tapajós	160.137	32,53	81.601,3	51	21.205,4	13,2	102.807	72,4
Total UPGRH Rio Tapajós	492.264	100	107.873	21,9	76.425,8	15,5	184.299	37,4

⁴ Conforme gráfico (figura) “9.4. Ocupação territorial por unidades de conservação [UCs] nas unidades de planejamento hídrico da MDA”, do vol.I, cap. Organização Territorial, do PERH-MDA.

⁵ Conforme gráfico (figura) “9.5. Ocupação territorial por terras indígenas [TIs] nas unidades de planejamento hídrico da MDA”, do vol.I, cap. Organização Territorial, do PERH-MDA.

Representação de movimentos sociais e entidades ao Ministério Público Federal, na pessoa do Dr. Luís de Camões Lima Boaventura. Santarém (PA), abril de 2016.

Considerando que a efetivação de um CBH que represente toda a bacia hidrográfica do Tapajós e que venha avaliar a consolidação de planos de conservação e desenvolvimento que meçam e avaliem cenários de cumulatividade de impactos, bem como da interação e dinâmica ecossistêmica e socioambiental entre seus diferentes territórios e trechos de bacias/sub-bacias;

Considerando que independentemente do estado da arte da estruturação das bacias hidrográficas é necessário buscar uma composição na gestão da bacia que considere as diferentes realidades dela, e os atores sociais e comunitários que deverão se fazer representar nos diferentes segmentos da gestão de recursos hídricos, quer em âmbito regional, nacional e continental;

Considerando as perspectivas de evolução parcimoniosa deste processo ou de precipitação de tomadas de decisão, sem o debate conceitual, a mobilização equilibrada dos atores e grupos que compõem o mosaico de culturas presentes na bacia do rio Tapajós;

Considerando que as provocações ao Poder Público devem ser feitas de modo a garantir o preenchimento das lacunas existentes no empoderamento dos diferentes setores sociais, em oposição a participações socioculturais subdimensionadas – evitando-se, outrossim, a entrada tardia e possivelmente prejudicada dos povos indígenas, comunidades tradicionais, assim como dos atores que trabalham para desenvolver e preservar a Amazônia enquanto patrimônio natural imprescindível para conter a dinâmica de aquecimento e estiagem verificada em diferentes regiões do país, assim como para salvaguardar, na fronteira ou arco atual do processo de desmatamento, a destruição do maior patrimônio biológico e genético da Terra;

Considerando que qualquer processo de avaliação integrada não pode se dar de forma fragmentada como ora se verifica, ou seja, que, como o próprio MPF vem preceituando, é preciso ter planos de bacia e comitês apropriados para garantir sustentabilidade ao processo de desenvolvimento da bacia do Tapajós, *pari passu* da Amazônia como um todo; e

Considerando que – em vista da vulnerabilidade da região e de vários dos segmentos nela representados, e que – face a experiências trágicas e a conflitos verificados e de difícil superação, especialmente na implantação da usina de Belo Monte –, não se pode repetir a mesma história e dano no tratamento da bacia do rio Tapajós,

Vimos solicitar ao MPF-PA:

- que em suas demandas aos órgãos governamentais passe a expressar a necessidade de organização do Comitê da Bacia do Rio Tapajós em sua inteireza;
- que – *em comum acordo com os movimentos e organizações signatários desta, bem como a outras reconhecidas pelo grau de pertencimento, compromisso e conhecimento da realidade da bacia do rio Tapajós (quer representações legítimas dos segmentos sociais mais vulneráveis e mais ameaçados por potenciais impactos e transformações radicais no âmbito da bacia, como enquanto organizações de pesquisa isentas e independentes)* –

Representação de movimentos sociais e entidades ao Ministério Público Federal, na pessoa do Dr. Luís de Camões Lima Boaventura. Santarém (PA), abril de 2016.

estabeleça ou assegure um cuidadoso processo de escuta às diferentes comunidades presentes na mesma, previamente às ações de empresas e setores do Estado associados;

- que atualize a provocação que vem fazendo ao governo federal, especialmente à ANA, às organizações congêneres no âmbito dos Estados presentes na bacia do Tapajós – se necessário, com o auxílio das promotorias e defensas públicas estaduais afins à matéria;
- que garanta a necessária discussão conceitual a propósito da proporcionalidade e representatividade dos segmentos **Poder Público-Usuários-Comunidades**, na estruturação do comitê de bacia hidrográfica previamente à sua estruturação e arranjo;
- que, feito o debate e a formulação da composição dos comitês, o MPF garanta às organizações e movimentos afins se fazerem representar nos comitês ou nos órgãos gestores ou de tomadas de decisão de competência dos CBHs, independentemente da eventualidade de medidas protelatórias por parte das autoridades competentes e demandadas pelas ACPs do Ministério Público.

Santarém, 18 de abril de 2016.



Entidades e Movimentos Signatários

Movimento Tapajós Vivo

Representante:

End/Cidade/CEP:

Email:

CPF:

Tel:

Id:

Representante:

End/Cidade/CEP:

Email:

CPF:

Tel:

Id:

**Representação de movimentos sociais e entidades ao Ministério Público Federal, na
pessoa do Dr. Luís de Camões Lima Boaventura. Santarém (PA), abril de 2016.**

Representante:

End/Cidade/CEP:

Email:

Tel:

CPF:

Id:

Representante:

End/Cidade/CEP:

Email:

Tel:

CPF:

Id:

Representante:

End/Cidade/CEP:

Email:

Tel:

CPF:

Id: